

INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL BAIANA

ANDREA OLIVEIRA SANTOS

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

FABRÍCIO OLIVEIRA DA SILVA

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

GISELE OLIVEIRA DA SILVA

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

VERA LÚCIA SANTOS MATOS

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em um município baiano. O presente estudo possui natureza qualitativa e foi desenvolvido na Escola Municipal Maria Isabel Pimenta, localizada no município de Itiruçu, a qual atende ao público da primeira etapa da Educação Básica. Os dados produzidos foram gravados e transcritos na íntegra no Microsoft Word (2010) e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Conclui-se que a educação inclusiva não é fácil; trabalhar com crianças com TEA é difícil devido aos diferentes graus existentes, porém, é possível, quando existem união, amor, dedicação e recursos pedagógicos apropriados. Durante as oficinas, houve uma troca sobre as concepções em torno da inclusão da pessoa com TEA no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Práticas Pedagógicas; Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades específicas nos espaços sociais tornou-se obrigatória e vital para a manutenção do convívio social. A escola, ambiente formador de opinião, e defensora dos valores, possui um papel de suma importância, por ser o primeiro ambiente com a responsabilidade formal de promover a inclusão e fomentar o respeito às diversidades.

A partir da metade do século XX, a educação brasileira passou por profundas transformações. Em 1961 foi criada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, dentre outros aspectos, trata das políticas públicas educacionais. É a partir dessa lei que a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva tem seu papel de destaque, colaborando com princípios educativos pautados na acessibilidade, permanência e desenvolvimento de estudantes com deficiência matriculados nas unidades escolares.

Além da LDB, a Constituição Federal, promulgada em 1988, contribuiu para o debate da inclusão de pessoas com deficiência, ao estabelecer, como um de seus objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV, Brasil, 1988). O artigo 205 define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em seu artigo 206, inciso I, é estipulada a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e, como dever do Estado, garante a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, Brasil, 1988).

Há de se destacar, também, os princípios colaborativos para o debate da educação inclusiva, evidentes na Declaração de Salamanca de 1994. Tal documento possui uma importância significativa, uma vez que influenciou a formulação de políticas públicas de ações inclusivas, além de ter sido pauta dos movimentos sociais em prol de direitos assegurados.

Em 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, que preconiza, dentre outros aspectos, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. A lei também prevê a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (Brasil, 1996).

A Convenção da Guatemala, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.956/2001, estabeleceu que as pessoas com deficiência deveriam possuir os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. Esse decreto possui uma significativa influência na área da educação, demandando uma reavaliação da educação especial, concebida dentro do contexto da diferenciação, adotada para promover a eliminação das barreiras que dificultam o acesso à educação.

Outros documentos normativos que também merecem destaque são: a Política Nacional de Educação Especial (2008) que possui como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; a Lei 12.764 de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; a LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com a análise dessas legislações, é possível afirmar que, a partir das lutas e dos marcos históricos, a legislação brasileira determina que todas as crianças devem ter acesso à escola comum, ressaltando as peculiaridades das crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Diante de tal cenário, o debate que se tem travado no âmbito educacional tem sido no sentido de fomentar a prática da inclusão dos sujeitos com Autismo matriculados em escolas regulares.

Esse debate vem sendo discutido na escola municipal Maria Isabel Pimenta,

localizada no município de Itiruçu no Estado da Bahia, a qual atende ao público da primeira etapa da Educação Básica.

Trata-se de uma instituição onde se tem problematizado a prática de inclusão, pelo elevado número de crianças com TEA matriculadas. Esse cenário tem suscitado a necessidade de desenvolvimento de princípios, a exemplo de se educar com efetividade, sobretudo no que diz respeito aos desafios patentes, enfrentados na inclusão do aluno com o transtorno e que se insere no contexto da Educação Básica.

Com base na problemática que envolve a Educação Inclusiva em uma Escola Municipal no município de Itiruçu-Ba, a pesquisa que originou o presente estudo fundamenta-se a partir da temática: "Inclusão do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em uma escola municipal baiana". Assim, o objetivo do estudo foi compreender como ocorre o processo de inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em um município baiano.

Trata-se, portanto, de oportunizar o processo inclusivo na primeira infância, o qual contribui com a formação humana de todos, não somente dos alunos que estão em fase de desenvolvimento de suas habilidades, mas também de todos os profissionais que estão inseridos no processo educacional.

METODOLOGIA

O presente estudo possui natureza qualitativa e descritiva. De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa estuda o significado de vida para algumas pessoas, representando opiniões e perspectivas em contextos de vida, podendo revelar conceitos por meio de múltiplas fontes de evidência. Dessa forma, se pressupõe que a realidade do meio é construída através das vivências das pessoas em sua interação com o público no qual estão inseridos.

O estudo está vinculado ao Programa de Formação dos professores da Educação Básica - Plataforma Freire, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana no Estado da Bahia.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Maria Isabel Pimenta, localizada no município de Itiruçu, a qual atende ao público da primeira etapa da Educação Básica. O município de Itiruçu está localizado na região sudoeste do Estado da Bahia, a uma distância de 329 km da capital, Salvador. Em 2022, a população do município era de 10.999 habitantes.

Participaram da pesquisa 06 (seis) professoras, 01 (uma) diretora e 01 (uma) coordenadora, as quais receberam uma "carta-convite" e manifestaram acordo em participar da pesquisa. Todas que aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) participaram do estudo.

O perfil sociocientífico das colaboradoras do estudo é caracterizado por professoras que possuem, em média, a faixa etária de 40 a 58 anos e possuem da licenciatura à pós-graduação lato-sensu, sendo uma delas especialista em Psicopedagogia. São professoras que lecionam na escola há mais de 10 anos. No que se diz respeito às práticas

pedagógicas e de inclusão escolar, deixam claro a falta de preparação e de formação continuada, porém afirmam que a coordenação pedagógica busca meios que possam contribuir para a permanência do educando no espaço escolar.

A pesquisa foi dividida em 04 (quatro) etapas, sendo a primeira a apresentação do projeto de pesquisa para a instituição; a segunda etapa se deu pelo desenvolvimento das oficinas pedagógicas, por meio das quais se produziram os relatos narrativos; a terceira etapa foi construída pela realização do momento de sensibilização, produzida a partir de slides, vídeos e músicas que abordavam o que as oficinas anteriores possibilitaram entender sobre o TEA, além de como incluir uma criança em sala através das propostas pedagógicas inclusivas; na quarta etapa, foi realizada a última oficina pedagógica, com o intuito de construir e socializar práticas educativas, por meio das quais as colaboradoras construíram jogos e materiais que contribuem para a inclusão no interior das salas de aula.

Os dados produzidos foram gravados e transcritos na íntegra no Microsoft Word (2010) e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo é um aglomerado de técnicas que possuem a finalidade de analisar as comunicações através do uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de caracterização das mensagens (Bardin, 2004). Esse tipo de análise consiste em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

O estudo seguiu todos os preceitos éticos de pesquisa que envolvem seres humanos e foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a inclusão seja um direito assegurado por lei, a questão da acessibilidade e permanência dos estudantes nas atividades que envolvam pertencimento ao grupo é de fundamental importância para o desenvolvimento do educando com alguma deficiência. A equipe escolar, incluindo todos os profissionais técnicos administrativos, tem influência crucial para que a inclusão alcance o êxito, uma vez que, na prática docente, restringir as tarefas dos cuidados à professora ou ao professor mostrou-se limitado para atingir os resultados de socialização dos educandos com TEA.

A Educação Infantil foi escolhida por ser o momento em que as crianças estão expandindo suas vivências para além do contexto familiar e construindo novas relações com outros pares, o que facilita a inclusão social, afetiva, intelectual e cognitiva dos alunos com autismo dentro do espaço escolar. Nessa perspectiva compreensiva, é que Mantoan (2003), inspirada em Freire (2004), defende uma escola em que o ato de ensinar vai além da ação de transmitir conhecimentos. Segundo a autora:

Mas estamos, verdadeiramente, certos de que o nosso papel é esse mesmo: o de transmissores de um saber fechado e fragmentado, em

tempos e disciplinas escolares que nos aprisionam nas grades curriculares? Seríamos tão reduzidos a meros instrutores, que conduzem e norteiam a capacidade de conhecer de nossos alunos, transformando-os em seres passivos e acomodados a aprender o que definimos como verdade? Já nos consultamos sobre o nosso maior compromisso educacional, seja no nosso íntimo, seja no coletivo de nossas escolas, em nossas organizações corporativas? (Mantoan, 2003, p. 9).

Segundo o que preconiza a referida autora, a docência se efetiva para além da mera ideia de transmissão de conhecimento aos estudantes. É preciso conhecer as crianças, suas singularidades e necessidades educativas. A professora Rosa¹, em um de seus relatos, nos diz que:

É preciso saber que somos mais que transmissoras de informações para as crianças. Somos professoras que só incluímos quando conhecemos suas necessidades e sabemos quais são as dificuldades dos estudantes. É interação e mobilização o tempo todo (Rosa, Entrevista concedida em 14 de novembro de 2022).

Estando em consonância com os questionamentos da autora, nas ações que foram feitas na escola, durante todo o processo de pesquisa e de intervenção, destacaram-se e evidenciaram-se as possibilidades das pessoas se transformarem, mudarem as suas práticas, enxergarem de outros ângulos as mesmas situações e, diante as dificuldades, conseguirem coletivamente ultrapassar os obstáculos e, assim, se sentirem capazes de realizar o que tanto anseiam: conseguir flexibilizar o currículo educacional e a aprendizagem dos alunos com TEA.

Nessa perspectiva, a professora Shirley considera que:

O processo de inclusão envolve vários momentos e movimentos da escola. Primeiro temos que conhecer o autismo, saber a fundo suas características para poder lidar com as crianças. Isso é fundamental. Além disso, é preciso que todos que atuam na escola, não só nós professoras, entende, saibam do autismo. É uma responsabilidade de todos e também da família. Mas eu mesma vou sempre aprendendo com as crianças e criando jogos, formas de me relacionar com eles na perspectiva da própria criança. Dá muito trabalho, eu sei disso, colegas, mas dá muito certo também (Shirley, Entrevista concedida em 14 de novembro de 2022).

Diante disso, ganha destaque a prática pedagógica na qual a professora, com o apoio de outros membros da família, consegue evidenciar a necessidade de se conhecer o autismo, como defende Cunha (2017), de uma forma que todos os alunos participem, possam interagir e se sintam pertencentes do meio.

As mudanças são necessárias no que diz respeito ao acolhimento, ao fazer pedagógico que são norteados pelos princípios éticos, igualitários e equitativos. Dessa

forma, faz-se necessário que a equipe reflita sobre a formação continuada e permanente entre pares, viabilizando, inclusive, a participação da comunidade escolar e dos familiares. A formação para atuar na escola depende, sobretudo, da disposição de cada docente, comunidade escolar e familiares, em querer se envolver diretamente com as especificidades de uma criança com TEA.

As colaboradoras do presente estudo perceberam, através das ações, que a prática pedagógica, estando adequada no processo de inclusão, é de fundamental importância, sendo necessário que cada um dos envolvidos perceba que as professoras são agentes facilitadores dos processos de aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Durante os estudos e desenvolvimento da pesquisa, o processo de formação entre pares, em que as experiências puderam ser socializadas e refletidas coletivamente, favoreceu-se que houvesse descobertas sobre os modos como cada pessoa lida com o processo de inclusão na escola. Assim, as oficinas foram meios pelos quais se puderam instigar as colaboradoras a socializarem seus projetos de ensino, e a criar, na escola, uma experiência nova e significativa, através de ações que pudessem levar a um caminho de novas perspectivas e novas concepções de inclusão educacional.

Tudo isso foi relevante e fez da pesquisa uma fonte importante para que a escola, lócus do presente estudo, tivesse um novo olhar referente às práticas pedagógicas desenvolvidas em regime de colaboração entre os pares, criando mecanismos para superar os desafios e construir as possibilidades de inclusão. Na entrevista, uma colaboradora do estudo, destacou que:

Nosso maior desafio é combater o preconceito, podendo desenvolver a socialização, pois isso possibilita a mudança de atitude, o desenvolvimento da capacidade de empatia e do respeito pelo próximo. Isso é imprescindível e temos que colocar tais ideias em prática em nossa escola, garantindo inclusão efetiva de nossas crianças. E aí é necessário saber que TEA é um transtorno que compromete o desenvolvimento cerebral em algumas áreas. Mas a criança autista é muito inteligente sim (Cristina, Entrevista concedida em 14 de novembro de 2022).

A provocação da professora Cristina inicia com a ideia de combater o preconceito, reconhecendo que o TEA é um transtorno que afeta o neurodesenvolvimento. De certa forma, os dados sugerem que o grupo nas oficinas evidenciam o desenvolvimento de práticas pedagógicas, considerando que sabem o que significa o TEA. Dessa forma, as práticas, a exemplo da produção de jogos, evidenciam que o tipo de jogo construído, ou a abordagem pedagógica do jogo, leva em consideração o que a própria professora entende e conceitua como TEA.

Nessa perspectiva, e assim como sinalizam Montel; Souza; Lemos (2021), o TEA é uma condição que afeta o neurodesenvolvimento do indivíduo, podendo comprometer de

forma significativa o funcionamento cerebral em áreas pontuais, apesar de muitas pessoas julgarem que esse transtorno surgiu há pouco tempo. Os autores sinalizam marcos históricos que evidenciam sua existência em algumas décadas passadas e, ao fazê-lo, constroem uma cronologia que aborda diversas concepções, tanto em relação ao tema quanto ao modo como o TEA tem sido entendido na sociedade.

Segundo o que preconizam Montel; Souza; Lemos. (2021), o adjetivo “autista” surge a partir do ano de 1906 e ganha destaque a partir de 1911, sendo empregado pela primeira vez na psiquiatria por E. Bleuler. Porém, foi um psiquiatra austríaco chamado Leo Kanner – de naturalização estadunidense - o pioneiro na publicação do “primeiro trabalho no qual se delineava a existência do autismo infantil, entendido como síndrome distinta de outras condições psiquiátricas”, isto no ano de 1943 (Surian, 2018, p. 20).

Esse psiquiatra desenvolveu sua pesquisa a partir da observação clínica de “crianças com inabilidades no relacionamento interpessoal que a diferenciavam de patologias, bem como de atrasos na aquisição da fala e das dificuldades motoras” (Cunha, 2017, p. 21).

Segundo o que relatou a colaboradora Suzana, em relação ao seu conhecimento sobre o TEA, ela nos diz que:

O TEA é um transtorno, não uma doença contagiosa. Eu mesma, sabe, tenho lido muito sobre o assunto e buscado trabalhar com a criança compreendendo o que é o autismo. É por isso que não falo tão alto, não grito com elas, mas vou ali, tentando encontrar formas de fazê-la se interessar pela aula, fazendo jogos, trazendo coisas que a criança goste. E isso vai de criança a criança (Suzana, Entrevista concedida em 14 de novembro de 2022).

A professora Suzana parte do princípio de que sua prática pedagógica se revela numa direta articulação com o conceito de TEA. Ao saber o significado, ao construir leituras sobre o tema, a professora se lança num movimento de formação permanente, por meio do qual alia o saber com o cotidiano da escola e da própria criança para desenvolver práticas educativas que façam sentido, tendo em vista a especificidade da criança. Nisso reside a ideia de incluir o indivíduo a partir dos princípios de singularidades, como defende Cunha (2017).

As narrativas produzidas nas oficinas sugerem que os próprios encontros construídos nas oficinas favoreceram a compreensão sobre o movimento de inclusão. Assim, foi por meio de momentos de diálogo acerca do conceito de TEA, que as professoras revelaram suas formas de lidar com o tema, e também o reconhecimento de necessidade formativa constante.

Os relatos mostraram práticas em que o próprio grupo, em momentos de formação permanente no cotidiano escolar, analisou slides, vídeos, músicas que abordavam a condição de que cada estudante se trata de um sujeito singular e que possui história própria, desejos, gostos. Assim, ficou evidente a compreensão das professoras sobre as crianças autistas, que são sujeitos que trazem consigo conhecimentos e habilidades que podem ser exploradas em sala. Nisso implica reconhecer que há potencialidades do currículo, reveladas

por meio de uma prática viva, através das quais as ações educativas precisam ser flexíveis, gerando, assim, um currículo também flexível e adaptado à luz das necessidades dos estudantes.

Abordar as práticas pedagógicas de inclusão de crianças com TEA, dentro de uma proposta de discussão nas oficinas, revelou que existem várias oportunidades para que cada estudante possa se desenvolver. As colaboradoras revelam uma constante produção de sequência didática, na qual todos os alunos participam ativamente dela. São situações em que o aluno com autismo também faz parte e tem a oportunidade de estar incluído, principalmente nas atividades lúdicas que são propostas no dia a dia. A experiência com o processo de inclusão se revela como um desafio, em que o “brincar” tem sua função primordial.

Nesse sentido, Vygotsky (2007) revela, em alguns de seus escritos, que é por meio da brincadeira que a criança reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento. E, assim, a Educação Infantil vai se eternizando nos saberes, no saber fazer e nas metodologias diferenciadas, as quais abarcam o desenvolvimento pleno de cada estudante.

A partir dos relatos, foi possível conhecer o perfil das professoras e, assim, perceber como elas traçam seus objetivos com o processo de inclusão. As professoras contam com o suporte das profissionais de apoio, da equipe diretiva e principalmente da coordenação. Suportes estes que são importantes para o desenvolvimento inclusivo dentro do espaço escolar. Sendo assim, durante a realização deste estudo, foi possível notar que as experiências do cotidiano na escola são de grande relevância no processo de inclusão, pois oportunizam às crianças a construir as relações afetivas, sociais e cognitivas entre seus pares e adultos.

Nas falas das professoras colaboradoras foi possível identificar o respeito pela singularidade de cada criança, considerando que cada criança é única e cada uma delas possui habilidades e saberes. Na oficina pedagógica, com o intuito de mostrar na prática as possibilidades de intervenção através dos jogos educativos confeccionados coletivamente e individualmente, houve participação e interação das professoras, profissionais de apoio e até mesmo do porteiro, que se prontificou para participar e, sorridente, mostrou que também faz parte da inclusão dentro do espaço escolar. Foram momentos significativos e de troca de experiências que, certamente, serão lembrados no futuro.

Nessa lógica, o processo de inclusão dos educandos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola lócus do estudo tem sido realizado a partir de uma proposta colaborativa, de afetividade e de acolhimento. Neste estudo, pelo menos, foi isso o que se tornou visível na execução dos diálogos produzidos ao longo das oficinas. Foi por meio de propostas dessa natureza que se percebeu que, durante toda a trajetória de discussão, o processo inclusivo foi tema central, mobilizado por práticas de escuta e de convivência no cotidiano escolar. Trata-se de uma prática que se caracterizou como sendo de natureza coletiva e colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar não se restringe apenas ao acesso à escola, à garantia da matrícula e à inserção física do estudante, mas ao envolvimento pedagógico, para que o educando permaneça e desenvolva suas habilidades e potencialidades que trazem consigo.

É nessa perspectiva de aprofundamento de questões conceituais, garantia de acessibilidade ao currículo educacional, quebras de barreiras atitudinais e pedagógicas, além de formações continuadas e mudanças substanciais na forma de ensinar, que a construção do conhecimento será ampliada e a aprendizagem do educando será significativa e plena.

No entanto, a referida pesquisa proporcionou uma interessante vivência e escuta a novas aprendizagens, além de possibilitar a construção de outros novos olhares e perspectivas sobre a inclusão de estudantes com TEA. Como destaca Mantoan (2003, p. 9), para que ocorra a inclusão da criança na escola “é imprescindível o exercício diário da cooperação, da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas”.

O estudo permite concluir que a educação inclusiva não é fácil e que trabalhar com crianças com TEA é difícil devido ao grau do Espectro, que se mostra em níveis diferentes, porém é possível quando existem união, amor, dedicação e recursos pedagógicos apropriados. Durante as oficinas, houve uma troca sobre as concepções em torno da inclusão da pessoa com TEA no âmbito escolar. Assim, todo o processo de diálogo e escuta durante as oficinas foram reveladores para que se parta sempre de um conhecimento prévio, gerando possibilidade de superação de muitas dificuldades que existem para incluir com equidade o educando na classe, respeitando suas necessidades, especificidades, e evitando separá-lo dos demais.

Partindo dessa premissa de que o maior destaque está em possibilitar compreensões em torno da tessitura de uma Educação Inclusiva e seus desafios metodológicos e didáticos do processo de inclusão do aluno com (TEA), destacamos que algumas ações de resultados da referida pesquisa evidenciaram que as oficinas e os relatos possibilitaram às colaboradoras do estudo a compreensão de que a participação na pesquisa: corroborou com o conhecimento acerca do transtorno poderá fim de incluir, o que poderá ensejar em um desejo e aceitação de aumento de matrículas de crianças com Autismo (TEA) na Educação Infantil; Fomentou as construções e as melhorias das estruturas e dos materiais, para que se possa colocar em prática as medidas didáticas que são necessárias para que as escolas estejam preparadas (equipadas), portando instrumentos pedagógicos, tais como livros, mídias, brinquedos, jogos e aparelhos tecnológico, etc, o que favoreceu a formação entre pares às colaboradoras.

Nessa perspectiva, fez-se necessário possibilitar as oportunidades para que as crianças com necessidades especiais desenvolvam suas potencialidades, criando uma cultura escolar em que todos os alunos respeitem os colegas e a si mesmos, considerando as condições sociais e cognitivas. Para isso, deve-se continuar promovendo a formação profissional para os atuais e para os futuros profissionais da educação municipal.

Por fim, além do acolhimento e de uma proposta de Educação Especial na

Perspectiva Inclusiva, a escola, por sua vez, precisa construir um espaço de produção e de socialização do conhecimento para todos os alunos, sem distinção.

Artigo recebido em: 16/05/2023

Aprovado para publicação em: 15/02/2024

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN A BAHIAN MUNICIPAL SCHOOL

ABSTRACT: The present work aims to understand how the process of school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) occurs in a municipality in Bahia. The present study is qualitative in nature and was developed at the Maria Isabel Pimenta Municipal School, located in the municipality of Itiruçu, which serves the public in the first stage of Basic Education. The data produced was recorded and transcribed in full in Microsoft Word 2010 and analyzed using the Content Analysis technique. It is concluded that inclusive education is not easy, working with children with ASD is difficult due to the different degrees that exist, but it is possible when there is unity, love, dedication and appropriate pedagogical resources. During the workshops, there was an exchange about the concepts surrounding the inclusion of people with ASD in the school environment.

KEYWORDS: Pedagogical Practices; Autism Spectrum Disorder (ASD); School Inclusion.

INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN UNA ESCUELA MUNICIPAL DE BAHÍA

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo comprender cómo ocurre el proceso de inclusión escolar de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en un municipio de Bahía. El presente estudio es de carácter cualitativo y se desarrolló en la Escuela Municipal María Isabel Pimenta, ubicada en el municipio de Itiruçu, que atiende al público de la primera etapa de Educación Básica. Los datos producidos fueron registrados y transcritos íntegramente en Microsoft Word 2010 y analizados mediante la técnica de Análisis de Contenido. Se concluye que la educación inclusiva no es fácil, trabajar con niños con TEA es difícil por las diferentes titulaciones que existen, pero es posible cuando hay unidad, amor, dedicación y recursos pedagógicos adecuados. Durante los talleres se intercambió sobre los conceptos en torno a la inclusión de personas con TEA en el ámbito escolar.

PALABRAS CLAVE: Prácticas Pedagógicas; Trastorno del Espectro Autista (TEA); Inclusión Escolar.

SANTOS, A. O.; SILVA, F. O. da; SILVA, G. O. da; MATOS, V. L. S.

NOTA

1 - Os nomes das colaboradoras são fictícios, para preservar a identidade pessoal de cada uma, conforme preconizou o Comitê de Ética em Pesquisa que aprovou o projeto do qual o presente estudo se originou.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 07 jun. 2022.

Brasil. Convenção da Organização dos Estados Americanos. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: 2001. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/402854/publicacao/15676750>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764.htm. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (Secretaria de Educação Especial). **Política Nacional de**

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação (Secretaria de Educação Especial), 2008.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: Unesp, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MONTEL, L. M.; SOUZA, R. R. de; LEMOS, L. S. Ações e estratégias de inclusão no plano municipal de educação de Jataí - Go: foco no transtorno do espectro autista. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 17–33, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i1.64965. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/64965>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SURIAN, L. **Autismo:** Informações essenciais para familiares, educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Paulinas, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007

YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ANDREA OLIVEIRA SANTOS: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela FAESB, Coordenadora da Educação Especial e Inclusiva do Sistema Municipal de Ensino de Itaquara-BA e Coordenadora Local do curso de graduação em Pedagogia pela UEFS em parceria com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7248-0906>

E-mail: anddreea1992@gmail.com

FABRÍCIO OLIVEIRA DA SILVA: Pós-Doutor e Doutor em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEFS). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária – NEPPU. Líder do Grupo de Pesquisa, Docência, Narrativas e Diversidade – DIVERSO.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7962-7222>

E-mail: fosilva@uefs.br

SANTOS, A. O.; SILVA, F. O. da; SILVA, G. O. da; MATOS, V. L. S.

GISELE OLIVEIRA DA SILVA: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0747-5381>

E-mail: gisele.oliveira.silva.2018@gmail.com

VERA LUCIA SANTOS MATOS: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0480-5367>

E-mail: veruskaedi@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).